

O primeiro semestre e um balanço das contraditórias medidas anticíclicas

A crise financeira internacional desencadeada a partir de setembro de 2008 alterou radicalmente o cenário projetado para este ano no Brasil, tanto para o setor público quanto para o privado. Níveis de produção e de emprego, acesso ao crédito e volumes de consumo e de exportação foram reduzidos a patamares bem inferiores àqueles esperados antes da eclosão dela. Na área da construção, seja nos empreendimentos imobiliários, seja no campo das obras públicas, o primeiro semestre de 2009 funcionou como um “período de ajuste” à nova realidade econômica com a adoção pelo governo federal de várias medidas destinadas a atenuar os efeitos da crise e a recolocar o setor na rota do crescimento.

Assim, a expansão do crédito à produção, a redução das taxas de juros, a redução da carga fiscal – como medidas macroeconômicas -, o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida e a blindagem (anunciada) dos recursos destinados ao PAC foram iniciativas muito bem recebidas pelo setor, que viu nelas um bom contraponto aos perversos efeitos da crise.

Mas, para que essas medidas alcancem de fato seus objetivos, são necessárias diversas providências de curto e médio prazos, sem as quais o futuro da construção permanecerá incerto, para muitos até com viés pessimista.

O destravamento dos gargalos operacionais dos contratos do PAC é uma dessas providências urgentes. Em reunião realizada esta semana na Casa Civil da Presidência da República, a CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção pontuou os entraves existentes ao avanço do programa, contribuindo para a definição de um cronograma de ações para rápido destravamento dele.

Também o Programa Minha Casa Minha Vida reclama uma série de ajustes, especialmente para a produção de unidades habitacionais voltadas à população com renda familiar de até três salários mínimos – faixa considerada prioritária pelo Palácio do Planalto e na qual se concentra a expressiva maioria do déficit de moradias.

Quanto à concessão de crédito (para a produção e para capital de giro do setor) em condições melhores

que as da média do mercado, é preciso que sejam flexibilizadas as exigências de garantias a fim de que tais recursos cheguem de fato às pequenas e médias empresas.

Por outro lado, uma variável do cenário econômico preocupante e que ganha evidência ao final do primeiro semestre é o aumento dos chamados gastos correntes do governo, numa escala capaz de comprometer sua capacidade de investimento neste e nos próximos anos.

Os gastos com salários de servidores federais vão aumentar, apenas em 2009, mais de R\$ 20 bilhões – que se tornarão despesas permanentes. E o presidente Lula já decidiu conceder novo reajuste aos benefícios do Bolsa Família, em taxas acima das da inflação.

Não é preciso ser economista para decifrar essa equação: queda de receita fiscal; aumento dos subsídios; pressão dos gastos correntes – a corda só poderá “romper” sobre os investimentos. Isso sem contar o risco representado pela aprovação ontem em comissão especial da Câmara dos Deputados de projeto que reduz para 40 horas a jornada de trabalho e aumenta o valor da hora-extra – mudança legal que, se consagrada nas duas casas do Congresso, vai onerar ainda mais as atividades produtivas e, igualmente reduzir a competitividade externa delas.

Olhando para além de 2009, o presidente da APEOP, Luciano Amadio, de um lado, manifesta preocupação com os elementos negativos desse cenário, e, de outro, identifica aspectos positivos das respostas à crise por parte do governo federal (bem como de administrações estaduais, como a de São Paulo) que priorizam corretamente expressivos programas de investimento na infraestrutura econômica e social.

E ele aposta que, apesar das contradições de tal cenário, o Brasil vai resistindo bem aos efeitos da crise, e poderá sair dela mantendo a caminhada para o desenvolvimento sustentado “sobretudo pela capacidade empreendedora da iniciativa privada, agora com peso maior das atividades da construção”.